



Edição 1277 – 01 de Agosto de 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 281/2022

"Concede anistia, de multa e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais."

FELIPE AUGUSTO, Prefeito do Município de São Sebastião, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

DO OBJETO E DAS OPÇÕES DE DESCONTO

Art. 1º - Os débitos tributários ou não tributários do Município, vencidos até 31 de dezembro de 2021, inscritos em dívida ativa, ajuzados ou não, incluindo as negociações feitas em período anterior à vigência desta lei e que não foram quitadas, farão jus a redução de juros e multa incidentes na proporção a seguir:

- I - dispensa de 100% (cem por cento) do valor de juros e multa, para pagamento de débito à vista;
- II - nos casos em que o débito for de até R\$ 20.000,00 (vinte mil), será concedido 90% (noventa por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, sendo o parcelamento efetuado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;
- III - nos casos em que o débito for superior a R\$ 20.000,00 (vinte e um mil reais) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), será concedido 80% (oitenta por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, com entrada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor devido no ato da formalização da confissão e o saldo final parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;
- IV - nos casos em que o débito for acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), será concedido 50% (cinquenta por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, com entrada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor devido no ato da formalização da confissão e o saldo final parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;

Parágrafo único - O benefício de que trata o "caput" será extensivo aos contribuintes com pagamentos pendentes e ainda não liquidados, desde que efetuem o pagamento do saldo devedor, purado mediante estorno, nas condições estabelecidas na presente Lei, considerando-se as parcelas já pagas como quitação parcial, sem direito a qualquer restituição.

DA ADESAO

Art. 2º - A adesão dos benefícios da presente lei se inicia com a expedição de levantamento de débitos e, preenchimento do formulário que conterá os dados do contribuinte ou por quem tenha poderes de representação, mediante apresentação de procuração com firma reconhecida, em especial, para reconhecer débitos, firmar acordos e realizar pagamento, bem como, a opção de pagamento dentre as hipóteses dispostas no inciso I a V do artigo 1º desta lei.

Parágrafo único - No ato da formalização da requisição dos benefícios instituídos pela presente lei, quando os débitos recaírem sobre o cadastro imobiliário, o requerimento deverá ser entregue na Divisão de Dívida Ativa e Cobrança, devidamente acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Sendo o imóvel de posse:
 - a) Cópia, RG, CPF, comprovante de endereço (com data de até 3 meses de expedição);
 - b) Nos casos em que o requerente for o atual possuidor e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia autenticada da Escritura de Direitos Possessórios ou de Declaração de Posse, devidamente declarado no Cartório de Notas, Títulos e Documentos desta Comarca nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.
- II - Sendo o imóvel com matrícula:
 - a) Cópia, RG, CPF, comprovante de endereço (com data de até 3 meses de expedição);
 - b) Nos casos em que o requerente for o atual proprietário e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia autenticada da certidão da matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, devidamente atualizada, com expedição máxima de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.
- III - Nos casos de decisões judiciais sobre partilha de bens por divórcio, inventário, usucapião, arrematação de imóvel, ou outros em que se discuta a posse ou propriedade ou neles venham a refletir a titularidade do imóvel, deverão ser cumpridas as exigências do disposto no parágrafo 1º incisos I e II do artigo anterior, a depender da modalidade nessas dispostas.

Art. 3º - A adesão aos benefícios estatuídos nos incisos II a V do artigo 1º desta lei, dar-se-á a opção do sujeito passivo ou responsável legal pela dívida, nos termos desta legislação, mediante requerimento e será formalizado por meio do termo de confissão assinado entre as partes.

Art. 4º - A ausência de especificação quanto as formas de pagamento, bem como, dos documentos necessários dispostos nos incisos I ou II do artigo 2º, torna o requerimento nulo e sem efeito.

Parágrafo único - Será dispensado da apresentação dos documentos exigidos no caput do artigo 2º e nos incisos I e II de seu parágrafo único, o contribuinte ou aquele que detenha o poder de representação, desde que a opção para resolução dos débitos seja aquela descrita no artigo 1º, inciso I, na modalidade à vista, permanecendo com o desconto de 100% sobre os juros e as multas.

Art. 5º - Os parcelamentos efetuados através de anistias anteriores farão jus ao benefício que trata o caput, desde que os parcelamentos já realizados sejam estornados, restabelecendo os acréscimos legais para somente após ser aplicado novo cálculo, impedido desta forma, desconto sobre benefícios pretéritos.

DO PAGAMENTO

Art. 6º - A Divisão de Dívida Ativa e Cobrança somente realizará a expedição de guias para pagamento à vista ou celebrará acordo de parcelamento, nos termos dos incisos I a V do artigo 1º, após a adesão ao referido programa, e nos casos de débitos ajuzados, desde que seja emitida a autorização pela Procuradoria Fiscal após recolhimentos das custas e honorários sob o valor judicial atualizado sem qualquer desconto, estes cujo pagamento se darão em guias próprias.

Art. 7º - Após a expedição das guias de pagamento, dentre as hipóteses elencadas nos incisos I a V do artigo 1º, o pagamento se dará da seguinte forma:

§ 1º - Na hipótese do inciso I do artigo 1º o pagamento da cota única deverá ser realizada até o último dia útil do mês em que a guia de pagamento for expedida, desde que a data de pagamento esteja compreendida dentro da vigência da lei.

§ 2º - O pagamento da primeira parcela nos termos dos incisos II a V do artigo 1º somente poderá ser realizado após a assinatura do termo de anuidade do referido programa, data em que o pagamento poderá ser postergado até o dia seguinte da assinatura do termo de adesão, salvo as guias emitidas com vencimento no último dia vigência da lei.

§ 3º - Se o vencimento ocorrer em dia não útil, considerar-se-á prorrogado seu vencimento até o próximo dia útil.

§ 4º - O contribuinte que efetuar o pagamento dos débitos de forma integral ou parcelada, bem como, das custas e honorários, deve fazê-lo por meio das Instituições Bancárias.

§ 5º - O pagamento das custas judiciais e honorários, fica sujeito a confirmação de pagamento no prazo de 48 (quarenta e oito horas), ultrapassado o referido prazo sem que o pagamento tenha sido confirmado, o pagamento ou celebração de acordo dos débitos restará estornado e tornado sem efeito.

§ 6º - Não será admitida a concessão dos benefícios da presente lei se a realização de pagamento integral ou parcelado dos débitos, bem como, das custas e dos honorários, se dê de outra forma que não por aquelas opções dispostas no parágrafo 4º e 5º.

Art. 8º - Caso o contribuinte compareça no AGILIZA e não consiga atendimento no último dia em que vigora a presente, será aberto processo administrativo a fim de garantir ao contribuinte os benefícios da presente lei, preenchendo do formulário anexo I da presente lei, sendo este processo rubricado pelo servidor que realizar o atendimento e conste os motivos que ensejaram a impossibilidade no atendimento, desde que a referida impossibilidade esteja devidamente comprovada.

Parágrafo único - A hipótese descrita no caput é exceção à regra disposta nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º, ocasião em que os pagamentos se realizarão com a conclusão do processo administrativo, e a data do pagamento não ultrapasse (30) trinta dias contados do envio de comunicar-se da decisão, sob pena de exclusão de qualquer benefício e prosseguimento na cobrança judicial.

Art. 9º - Caso o débito incluído no programa seja objeto de execução fiscal, após cumprida as exigências do artigo 6º e 7º e realizada a compensação bancária dos pagamentos, a Divisão de Dívida Ativa e Cobrança, encaminhará à Procuradoria Fiscal no prazo de máximo de dez dias os seguintes documentos:

- I - Pagamento à vista:
 - a. Certidão Negativa;
 - b. Demonstrativo de baixa no sistema;
 - c. Autorização de custas judiciais expedida pela Procuradoria Fiscal;
- II - Pagamento parcelado:
 - a. Certidão informando do parcelamento e do pagamento da 1ª parcela;
 - b. Demonstrativo da confissão efetuada e baixa da parcela;
 - c. Autorização de custas judiciais expedida pela Procuradoria Fiscal;
 - d. Cópia do Termo de Confissão.

Parágrafo único - A extinção ou suspensão da execução fiscal dependerá do recebimento e conferência dos documentos relacionados no parágrafo anterior pela Procuradoria Fiscal.

Art. 10 - Havendo atraso no pagamento superior ao mês de vencimento de qualquer parcela do benefício descrito nos incisos II a V do artigo 1º, o termo de confissão será estornado, implicando a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, com o imediato ajuzamento ou prosseguimento da execução fiscal, e adoção de todas as demais medidas legais na cobrança dos créditos colocados à disposição do Município credor.

Art. 11 - Em qualquer modalidade de parcelamento, a parcela nunca poderá ser inferior a 20 (vinte) VRM – Valor de Referência do Município.

Art. 12 - Nos casos em que o débito parcelado ultrapassar o ano calendário, o valor das parcelas remanescentes será corrigido por meio do VRM – Valor de Referência do Município, índice oficial do Município.

Art. 13 - Caso o contribuinte tenha promovido o ajuzamento de ação judicial, apresentado defesa judicial ou processo administrativo questionando no todo ou em parte o valor do imposto do qual pretende se valer dos benefícios desta lei, para usufruir dos benefícios da presente lei o contribuinte renuncia qualquer direito de ação e desiste de recurso ou questionamentos sobre o débito negociado, sob pena de revogação dos benefícios instituídos por esta legislação.

Art. 14 - A concessão dos benefícios sem a observância do disposto neste capítulo, acarretará o afastamento de quais benefícios instituídos pela presente lei, bem como, e a invalidação de pagamento ou acordos celebrados, sem prejuízo da responsabilização funcional.

Parágrafo único - Caso constatado eventuais falhas no pagamento, no acordo celebrado, seja pela ausência de documentos ou não sejam atendidos os requisitos exigidos para a concessão dos benefícios, o valor dado como pagamento ou parcelamento serão considerados como pagamento parcial no valor total do débito sem qualquer desconto.

Art. 15 - Servidores públicos com férias e licença prêmio vencidas, podem utilizar referidos créditos como forma de pagamento dos débitos provenientes do imóvel em seu nome, estando o lançamento em nome do cônjuge, o referido imóvel necessariamente deverá ter sido adquirido na constância do casamento, ocasião em que se torna necessária à apresentação certidão de casamento, acrescido dos documentos elencados no parágrafo único do artigo 2º.

DAS EXCEÇÕES

Art. 16 - Não será concedida, em hipótese alguma, redução ou desconto sobre o valor principal e sua respectiva atualização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - A não aceitação ou o descumprimento de quaisquer condições e exigências estabelecidas nesta lei afasta a possibilidade de concessão do benefício ou cancela os benefícios concedidos.

Art. 18 - O atendimento ao público se dará mediante entrega de senhas no Agiliza, período que compreende das 09:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta enquanto vigorar os efeitos da presente.

Parágrafo único - Com exceção ao período descrito no caput, no último dia de vigência da presente, o atendimento ao público se encerra com a entrega de senhas às 12:00, possibilitando o atendimento ao contribuinte ainda pelas Instituições Bancárias, pois, a adesão aos benefícios está condicionada ao pagamento à vista ou mediante parcelas, hipóteses que exigem o pagamento dentro da vigência da lei.

Art. 19 - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará por 30 dias, podendo ser prorrogado por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo, vedado que se ultrapasse o exercício e revoga as disposições em contrário.

São Sebastião, 01 de julho de 2022.

FELIPE AUGUSTO

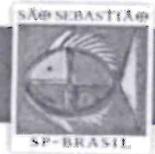
Prefeito





SÃO SEBASTIÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL



Edição 1277 - 01 de Agosto de 2022.

ANEXO I

AO EXMO. SR. PREFEITO DE SÃO SEBASTIÃO,

NOME: _____

CPF: _____ RG: _____

EMAIL: _____ END: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____
TELEFONE: _____ CEP: _____

VEM PELO PRESENTE SOLICITAR DE V. EXª. A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2022, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE:

- () APURAÇÃO DE INCONSISTÊNCIA DE VALORES NO SISTEMA;
- () UTILIZAÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS JUDICIALMENTE;
- () INDISPONIBILIDADE DE SISTEMA;
- () APURAÇÃO DE DIFERENÇA DE CUSTAS JUDICIAIS PAGAS ANTERIORMENTE;
- () CARGA DE PROCESSOS JUDICIAIS PARA CÁLCULO DE CUSTAS:

QUANTIDADE DE PARCELAS: () À VISTA () 12 X () 24 X

NESTES TERMOS PEDE DEFERIMENTO.

SÃO SEBASTIÃO, DE _____ DE 20____.

ASSINATURA

NOME: _____ CPF N. _____

Contrato Administrativo - 2022SEDES083 - Processo nº 9365/2022

Locadores: Mário Escobar Marmo e Regina Iara Riella Marmo.

Locatário: Município de São Sebastião.

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Expedicionários Brasileiros, nº 125, Centro, São Sebastião/SP, para instalações do Conselho Tutelar da região central, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Prazo: 12 (doze) meses.

Dispensa Por Justificativa: 004/2022.

Valor: R\$ 99.245,04 (noventa e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos).

Data: 15/07/2022.

Assinam: Felipe Augusto pelo locatário e Mário Escobar Marmo e Regina Iara Riella Marmo pelos locadores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 832/2018

Requerente: MIRIA ARAUJO DE FREITAS

Assunto: AUTO DE DEMOLIÇÃO Nº 25.738

Endereço: Rua Pantana, s/nº, Juquehy, São Sebastião - SP

Tendo sido improficuos os meios de NOTIFICAR o requerente por carta AR ou pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada o seguinte COMUNIQUE-SE:

Prezada Senhora,

Vimos através do presente para comunicar-lhe que vosso recurso de segunda instância foi INDEFERIDO, com a consequente expedição da Ordem de Demolição às fls. 29, com encaminhamento para cumprimento por parte da municipalidade.

Informamos que da presente decisão não caberá novo recurso

tendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente - Rua Guarda Mor Lobo Viana, 421 - Centro - Tel.: 3892-6000.

FLAVIO FERNANDES DE QUEIROZ

Secretário de Meio Ambiente

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO - REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCLUPINIZAÇÃO E CONTROLE DE POMBO, ENTRE OUTRAS PRAGAS URBANAS, EM TODOS OS PRÉDIOS GERIDOS PELA FUNDAÇÃO DE SAÚDE

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/08/2022

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10:00 HORAS

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: SALA DE REUNIÕES DA SEDE DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO SITO À AVENIDA DOUTOR ALTINO ARANTES (RUA DA PRAIA), Nº 284 - CENTRO - SÃO SEBASTIÃO/SP

ENDEREÇO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL DE REPUBLICAÇÃO: AVENIDA DOUTOR ALTINO ARANTES (RUA DA PRAIA), Nº 284 - CENTRO - SÃO SEBASTIÃO/SP - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ADMINISTRATIVA

DISPONÍVEL GRATUITAMENTE NO SITE FSPSS.ORG.BR > PUBLICAÇÕES OFICIAIS > LICITAÇÕES > PREGÃO PRESENCIAL

SÃO SEBASTIÃO, 01 DE AGOSTO DE 2022

CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO

DIRETOR PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 08507.000257/2022-96. Objeto: Acordo de Cooperação Técnica /Polícia Federal nº 10/2022 que entre si celebram a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Federal no Estado de São Paulo, com sede na Rua Hugo D'Antioia, nº 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF nº 00.394.494/0040-42, neste ato representado pelo Superintendente da Polícia Federal no Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor RODRIGO PIOVESANO BARTOLAMEI, e a Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP, com sede no endereço rua Sebastião Silvestre Neves, nº 214, Centro, São Sebastião/SP CEP: 11.608-614, inscrito no CNPJ/MF nº 46.482.832/0001-92, neste ato representado pelo Prefeito Municipal FELIPE AUGUSTO, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, sem ônus para ambas as partes, objetivando concessão de autorização de porte de arma de fogo para os integrantes da Guarda Civil Municipal de São Sebastião/SP, nos termos do art. 6º, inc. III e IV e §3º da Lei nº 10.826/2003, c/c arts. 29-A a 29-D do Decreto nº 9.847, de 2019. O prazo de validade dos portes de arma de fogo concedidos será de 10 (dez) anos na forma dos Arts. 38 a 44, da Instrução Normativa nº 201-DG/PF. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 10 anos a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

Assinam senhor prefeito municipal de São Sebastião Felipe Augusto e Excelentíssimo Senhor Rodrigo Piovesano Bartolomei, data da assinatura 12/07/2022.

PRORROGAÇÃO DO EDITAL PARA CADASTRAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO SEBASTIÃO.

A Comissão Eleitoral nomeadas através do Decreto Municipal nº. 8563/2022, conforme determina o art. 19 da Lei Municipal nº. 2901/2022, no exercício e uso de suas atribuições FAZ SABER, que fica alterado o edital de cadastramento e qualificação de Entidades da Sociedade Civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Sebastião, prorrogando os prazos para inscrição até dia 03/08/2022.

COMISSÃO ELEITORAL

NUBIA DOS ANJOS

HELEONORA DAS DORES LOPES

THAIS VALERIO MARTINS DE ANDRADE

PROC.:	_____
FOLHA:	24
ASS.:	<i>[assinatura]</i>

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é assinado eletronicamente pelo Sistema de Assinatura Digital do Departamento de Comunicação.



Autenticar documento em <http://177.39.233.6/cmsaosebastiao/autenticidade> com o identificador 32003700320033003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0083852/SP

